

O processo de expansão da Educação Superior e a produção científica

The process of expansion of Higher Education and scientific production

Deloize Lorenzet¹
Instituto Federal Sul-rio-grandense
delolorenzet@hotmail.com

Felipe Andreolla²
SENAI – RS
felipeandreolla@hotmail.com

CATANI, A.M.; OLIVEIRA, J.F. de. (org.) 2015. *Educação Superior e produção do conhecimento: utilitarismo, internacionalização e novo contrato social*. Campinas, Mercado de Letras, 336 p.

Catani e Oliveira reuniram nesta obra, pertinente e instigante, dezessete pesquisadores renomados de diferentes universidades do cenário mundial. Onze artigos foram compilados com o objetivo de analisar o processo de expansão da educação superior e o caráter da produção do conhecimento no Brasil e em alguns outros países da América Latina e da Europa, considerando as interfaces com as demandas do setor produtivo e examinado as orientações político-econômicas, os indicadores acadêmico-científicos e as tendências em curso no âmbito do financiamento, da gestão, da avaliação da pesquisa e da pós-graduação.

O primeiro trabalho intitula-se “*A melhor ciência*”: *o acadêmico-empresendedor e a produção de conhecimento economicamente relevante*, de Licínio C. Lima, docente da Universidade do Minho – Portugal. Este autor é instigante ao afirmar que do contexto político emergem orientações de “concepções utilitaristas e instrumentais quanto à produção do conhecimento científico” (p. 11). O mesmo reforça a ideia do ambiente competitivo, do protagonismo para áreas relevantes para o mercado, que determina seu tempo e seu controle, enfatizando que produzam patentes, com captação de financiamento, e que tenham potencial de licenciamento, e, em geral, colocando as ciências humanas em posição marginal, em um estatuto periférico na “economia do conhecimento”. Diante da erosão do papel do Estado, a universidade portuguesa e muitas das europeias tornam-se empreendedoras, em busca da captação de investimentos. A preocupação que vem à tona é que a autonomia acadêmica e científica transforma-se em miragem. Nesse contexto, o capital vem ganhando a luta no campo científico, e a pesquisa ganha protagonismo ao produzir conhecimento economicamente relevante.

¹ Doutoranda em Educação (PPGEDU/UFRGS). Pedagoga no Instituto Federal Sul-rio-grandense. Campus Avançado Novo Hamburgo. Rua Pinheiro Machado, 205, 93320-490, Novo Hamburgo, RS, Brasil.

² Mestrando em Educação (PPGEDU/UFRGS). Supervisor de Educação e Tecnologia na Escola de Educação Profissional SENAI Visconde de Mauá. Av. Sertório, 473, 90230-001, Porto Alegre, RS, Brasil.

O segundo ensaio, *Educación Superior y sociedad del conocimiento, tendencias actuales*, é escrito por Francisco López Segrera, membro da *GUNI*. O autor constata as mudanças que envolvem a sociedade atual: paradigmas complexos e de incertezas, globalização imperante e excludente, ampliação da educação superior virtual, fuga de cérebros, colonização do saber, a célere comunicação/informação e o mercado assumem e afirmam sua hegemonia. O autor alerta que é preciso ficarmos atentos para a aplicação das novas tecnologias e novas formas de dependência e domínio cultural. É nesse contexto que a educação superior deve atuar como uma estratégia dentro da sociedade do conhecimento para produzir ciência que beneficie a humanidade, e, para que isso ocorra, é indispensável o imperativo ético, princípios democráticos, solidários e de preservação da biodiversidade.

O terceiro ensaio é *Educación Superior, internacionalização e circulação de ideias: ajustando os termos e desfazendo mitos*, dos autores Mário L.N. de Azevedo e Afrânio M. Catani. Esse artigo procura analisar o fenômeno da internacionalização da educação superior, o compartilhamento da cultura e a circulação de ideias, cujo sentido pode ser “humanista da solidariedade, de civilidade ou coisificante, da expansão capitalista e da mercadorização” (p. 71). Os atores fundamentam-se essencialmente em Bourdieu ao desenvolverem as características de campo acadêmico, ao falarem das forças e interesses em disputas nesta arena do jogo, bem como em Morosini, ao ressaltar que o “modelo de internacionalização da ciência e da educação superior é periférico, desigual, subordinado e condizente com o modelo de desenvolvimento” (p. 82). Por fim, é tecida uma crítica ao Programa Ciência sem Fronteiras, pela concepção interesseira em treinar para a “correia de transmissão da hegemonia dos países centrais” (p. 90).

O quarto trabalho denomina-se “*Situando os professores nas agendas globais de governança*”, de Susan L. Robertson, da Universidade de Bristol, Reino Unido. A autora desenvolve suas ideias em três momentos: o primeiro localizando as maneiras das organizações internacionais controlarem o conceito, a finalidade e as condições de trabalho dos professores; o segundo é o movimento contrário à convergência de agendas, revelando diferenças na forma, finalidade, conteúdo e resultados para os professores; e, por fim, o terceiro momento é uma reflexão acerca das agendas que não são tão visíveis quanto deveriam, como também as implicações de longo prazo para a sociedade. Robertson critica os compromissos atuais com o neoliberalismo como projeto político, como também o modo de julgar as escalas do “bom professor”, os enquadramentos das “condições de

trabalho” a fim de medir resultados. Ao concluir, a autora arrisca que as tecnologias de governança global acerca do trabalho dos professores podem ser semelhantes a um drone, como instrumentos poderosos para direcionar, agir, refinar e redirecionar sem estarem presentes, coletando dados e usando tais informações para preparar outras ações. Em contrapartida, tais drones não enxergam suficientemente detalhes da topografia que fazem toda a diferença – frente a isso, os professores não podem ser alvo dessa governança, mas precisam ser atores sociais.

O quinto artigo, *A política e a cultura de inovação na Educação Superior no Brasil*, é dos autores João F. de Oliveira, Adriano de M. Ferreira e Karine N. de Moraes. Esse artigo problematiza acerca da inovação na educação superior brasileira, abarcando fatores como a gestão universitária e o trabalho acadêmico, analisando a relação entre o sistema produtivo capitalista atual, as políticas de CT&I e a própria cultura de inovação que se implanta e intensifica na universidade brasileira atendendo às demandas produtivas, desde os anos de 1990. Como resultado dessa pesquisa, os autores destacam a tendência de uma forte vinculação das universidades com o sistema produtivo, via financiamentos diversos e avaliação de desempenho com a obrigatoriedade de inovar – diante disso, os fins econômicos põem em risco a autonomia universitária e a liberdade acadêmica. Nessa direção, a universidade não pode se isolar da sociedade, nem deve atrelar-se ou subordinar-se ao mercado. Os autores trazem à tona a reflexão do então ministro da educação, Renato J. Ribeiro, para o qual a inovação deve ser em prol da sociedade e da cidadania efetiva.

O sexto artigo intitula-se *Indicadores acadêmico-científicos das maiores Universidades Federais do Brasil Pós-Reuni: um exame da qualidade*, de Nelson C. Amaral. O respectivo trabalho indica a predominância do setor privado na educação superior brasileira, correspondendo ao número de instituições, de matrículas presenciais e a distância. Entretanto, o autor retrata o aumento substancial que vem ocorrendo nas IES Federais, principalmente, por meio do Reuni. Essa expansão contribui para o desenvolvimento social, econômico e cultural, assegurando a competitividade técnica da economia nacional no contexto internacional. Uma das características elementares dessa expansão acontece pela interiorização de *campi* – em 2003, eram 148, em 2014, são 321, revelando um aumento percentual de 117%. Ao tecer as considerações finais, é demonstrada grande preocupação com essa expansão, pois, com a restrição de recursos, pode provocar a deterioração da qualidade das instituições.

O sétimo ensaio é *A Pós-Graduação como espaço de produção do conhecimento: uma reflexão sobre a*

área de educação, dos autores Antônio Cabral Neto e Alda M.D.A. Castro. Nesse estudo, é enfatizado que a pós-graduação no Brasil desempenha um papel fulcral na produção do conhecimento. Diante dessa tarefa, os autores desenvolvem sua argumentação em três seções: a primeira apresenta elementos da denominada sociedade do conhecimento; a segunda retrata a pós-graduação em sua importância de produzir conhecimento impulsionando o desenvolvimento das tecnologias e da inovação; e a terceira analisa a expansão da pós-graduação, a qualificação e a intensa publicação. Os autores apresentam que as áreas de Ciências Humanas e Sociais possuem um impacto aquém das Exatas e Biológicas, destacando que a produção de conhecimento tem contribuído de forma pouco significativa para a resolução dos problemas em educação no país. Nessa direção, a pós-graduação no Brasil tem sido expandida significativamente, em critérios quantitativos e qualitativos, assim como também há um deslocamento na docência para a centralidade na pesquisa. Ao sintetizar as considerações, os autores afirmam que “as desigualdades regionais verificadas na oferta da pós-graduação estão medularmente associadas às históricas desigualdades sociais e econômicas que persistem, historicamente, na realidade brasileira” (p. 226).

O oitavo trabalho publicado nessa obra é *Educação Superior e produção do conhecimento: interfaces entre atores, instituições e políticas*, de Ana Paula Hey. Tal ensaio lança um olhar acerca das complexas e possíveis relações que envolvem o sistema de reprodução e de produção do conhecimento vinculado a instituições, atores e marcos políticos constituídos na sociedade e visam à prática social. A autora inicia com um resgate histórico da origem da educação superior no Brasil, confirmando a produção do conhecimento em áreas isoladas, por décadas com poucas instituições e para um grupo social bem definido. Ao longo do texto, é exposto que a universidade é um campo em disputa pelos sujeitos que a constituem, lutando para que seus interesses sejam ouvidos. Outra problemática reportada é a da distribuição desigual de prestígio institucional e da disposição de políticas científicas diferenciadas por áreas. Ao concluir, é evidenciada a necessidade de análise sobre os processos de forma inter-relacionada, por meio da formação, do jogo social, dos conflitos sociais, econômicos e políticos e das dinâmicas específicas.

O nono artigo aborda sobre *O papel do NUPES na lenta e silenciosa Reforma Universitária nos governos FHC-Lula* – tais concepções são desenvolvidas por João dos R. Silva Júnior, Eric K. Spears, norte-americano da *Mercer University* e Fabíola Kato. Os pesquisadores retratam a influência do NUPES como os principais provedores das bases teóricas nas formulações políticas para

a educação superior brasileira. Entre os pesquisadores desse grupo, destacam-se E.R. Durham, J. Goldemberg, S. Schwartzman e M.H.M. Castro – os mesmos assumem atribuições, respectivamente, junto ao MCT, MEC e IBGE. “Este núcleo enquanto intelectual coletivo propunha a utilização, pelo setor produtivo, da capacidade de pesquisa instalada nas universidades públicas” (p. 268). Tais referenciais conferiram legitimidade nas políticas gestadas no Brasil por FHC, por seu ministro Bresser Pereira – nesse período, as universidades públicas, sem recursos, deviam ajustar seus princípios e manter relações com o setor produtivo, transformando a pesquisa acadêmica em produtos ou serviços úteis.

O décimo trabalho intitula-se *Universidad e investigación em Argentina: ¿un nuevo contrato?* De Martín Unzué. O mesmo inicia sua reflexão afirmando que, enquanto havia o golpe militar na Argentina, as vagas universitárias eram restritas – entretanto, com a retomada da democracia, em 1983, esses índices não param de crescer. Frente a isso, a universidade tem perdido sua qualidade social, uma vez que há processos de reorganização e encurtamento dos cursos, escassez de docentes, degradação do salário, superpopulação estudantil, muitos docentes ingressantes sem experiência no mercado de trabalho – nem na trajetória acadêmica –, problemas de estrutura geral e de pesquisa, cobrança de mensalidades na pós-graduação, mercantilização da extensão, entre outros. Em 1995, foi promulgada a Lei da Educação Superior na Argentina, a qual autoriza a venda de bens, produtos e serviços, buscando recursos econômicos e dinamizando o processo da universidade neoliberal. Por conta disso, há problemas, tais como o compromisso social da universidade, pois há uma persistente abertura da universidade para o mercado, um Estado que segue sendo débil, repercutindo na formação de recursos humanos medianamente.

O último artigo denomina-se *Globalización y redes de investigación em políticas educativas: la experiencia de la RIAIPE*, produzido pelo docente da UNAM: Armando Alcántara-Santuário. Nesse trabalho, Santuario descreve e analisa a experiência da RIAIPE, criada em 2007. Desde sua origem, redes acadêmicas de criação e colaboração na produção do conhecimento conquistam envergadura. O autor explicita que, com a globalização, a internacionalização e as Tecnologias de Informação e Comunicação, os intercâmbios científicos crescem de maneira exponencial, permitindo um tratamento mais amplo e profundo dos problemas educativos nos países da América Latina. Frente ao exposto, há limitações e consequências negativas pelo uso inadequado da produção científica, mas há também potencialidades e benefícios, tais como o fortalecimento do trabalho

colegiado, com caráter disciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, como também já é reconhecido que os grandes e complexos problemas da humanidade requerem a participação de grupos e instituições que possuam perspectivas e olhares diferenciados em busca de soluções viáveis e eficazes.

Por meio dessa obra, o leitor irá deparar-se com um conjunto de reflexões que problematizam o meio acadêmico e a produção do conhecimento, indicando influências da internacionalização, da globalização e do novo contrato social vigente. Recomendamos a leitura e o aprofundamento teórico, em virtude das

provocações realizadas ao longo do texto. Para aguçar a curiosidade, deixamos aqui algumas indagações: Como fica a universidade e demais instituições nesse contexto da exaltação da inovação e da pesquisa aplicada? Que papel a sociedade, o governo e as políticas demandam da produção do conhecimento? Qual o sentido desse novo contrato social? Para quê pesquisar? Como fazer para que os descobrimentos científicos e tecnológicos auxiliem a melhorar a condição humana?

Submetido: 05/09/2015

Aceito: 08/12/2015